

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.337 - SP (2019/0008972-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS** : **THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161**  
**RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648**  
**PATRICIA TAKAHASHI - SP299191**  
**FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872**  
**CAROLINA SORRILLA - SP393599**  
**VANUZA OLIVEIRA MAXIMO DOS SANTOS - SP383404**  
**RAFAEL REIS RODRIGUES - SP362394**  
**AGRAVADO** : **GISELE MOCELIM JUKOSKI**  
**ADVOGADO** : **MARIA APARECIDA RABELO DE CARVALHO - SP109514**  
**INTERES.** : **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL**  
**ADVOGADO** : **FABIANO SALINEIRO - SP136831**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

**APELAÇÃO. SEGURO. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. APÓLICE DE SEGURO DE VIDA. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA PELO BANCO ESTIPULANTE. NÃO RECONHECIMENTO. SOLIDARIEDADE RECONHECIDA. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DO BANCO-RÉU IMPROVIDO NESTA PARTE.** A oferta de seguro de vida por companhia seguradora vinculada a instituição financeira, dentro de agência bancária, implica responsabilidade solidária da empresa de seguros e do Banco perante o consumidor. Ademais, a preliminar de ilegitimidade passiva foi afastada por decisão interlocutória irrecorrida, proferida sob a égide do CPC/1973.

**APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. RECUSA DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA. INCOMPATIBILIDADE DA COBERTURA CONSTANTE DA PROPOSTA E A PREVISTA NAS CONDIÇÕES GERAIS. VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO. CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. ABUSIVIDADE, DEVENDO SER DECLARADA NULA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DAS CORRES IMPROVIDO NESTA PARTE.** No caso, a ausência de informações claras na proposta a respeito das restrições conforme o tipo de neoplasia, evidencia violação ao dever de informação pelo fornecedor e a abusividade da referida cláusula contratual constante das condições gerais, tornando verossímil a alegação da autora de que contratou seguro para diagnóstico de câncer

em geral, desconhecendo as limitações apontadas nas condições gerais juntadas aos autos pela seguradora. Ora, considerada a função social do negócio jurídico securitário, bem como os deveres de lealdade e informação adequada, essas cláusulas restritivas inseridas no contrato de adesão deixam dúvidas na interpretação (art. 54, §4º, do CDC) e se mostram abusivas (art. 51, IV, cc. §1º, II do CDC), além de contrariar a própria função social do negócio jurídico securitário (art. 421 do CC/2002). Ademais, não se pode olvidar que as cláusulas conflitantes devem ser interpretadas de forma mais benéfica ao consumidor (art. 47 do CDC). Nesse contexto, são nulas as disposições contratuais previstas na alínea "a", da cláusula 3.2, das condições gerais, impondo-se às corré o dever de pagar a indenização do seguro, com atualização monetária desde a última renovação contratual.

**APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL.. RECUSA DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO. RECURSO PROVIDO NESTA PARTE.** O evento narrado nos autos configurou mero aborrecimento, e não pode ser capaz de causar dor psicológica tão intensa a ponto de configurar dano moral. Ademais, forçoso consignar que não basta a afirmação de ter sido atingido moralmente. Não se pode extrair do acervo probatório a ocorrência de dano à honra, imagem, bom nome, tradição, o que não ocorreu. O evento narrado nos autos constitui simples inadimplemento contratual e não pode ser capaz de gerar dano psicológico tão grande a ponto de conduzir à condenação das rés ao pagamento de indenização. Contrariedade, desconforto, irritação ou aborrecimento não são capazes de configurar dano moral, sob pena de ocorrer banalização.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal; 313, 314, 724 e 725, do CC.

Alega, em síntese, que recaiu responsabilidade ao banco agravante que não estava prevista no contrato. E continua:

O venerando acórdão entendeu pela responsabilização do recorrente ao pagamento solidário da condenação junto com a Ré, contudo este não participou da contratação, sendo apenas intermediário financeiro das contratações havidas entre a corré e a Recorrida.  
[...].

A responsabilidade do Recorrente, portanto, é tão somente de corretor e repasse de valores. Frise-se que não há relação jurídica do banco com a SEGURADORA, derivada de contrato celebrado, que implique no custeio pretendido pela Recorrida.  
[...].

Existe um contrato que foi celebrado entre as partes, e nele a cláusula que limita as doenças para a cobertura de seguro é clara, não havendo nenhum mecanismo ou manobra para ludibriar a recorrida ou qualquer outro consumidor.

É o relatório. DECIDO.

2. De início, consigne-se que na via especial não cabe a análise de afronta

a dispositivo constitucional, ainda que com intuito de prequestionamento. Nesse sentido os seguintes precedentes: EDcl no REsp 680.385/RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 20.03.2006, REsp 1043700/TO, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 05.09.2008; AgRg no REsp 977.900/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, , DJe 08.09.2008.

3. No mais, as matérias tratadas nos artigos 313, 314, 724 e 725, do CC, não foram objeto de análise pelo acórdão recorrido. Não foram opostos embargos declaratórios com o fito de suprir a existência de eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

De modo que a ausência de manifestação judicial a respeito das referidas matérias trazidas à cognição desta Corte impede sua apreciação na presente via recursal, tendo em vista a falta de prequestionamento, requisito viabilizador do acesso às instâncias especiais. No caso, incidem, por analogia, as Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator